

Resenha

Análise do processo de tradução intercultural nas missões cristãs no Brasil

Maria Cristina Bohn Martins¹

POMPA, C. 2003. *Religião como tradução: missionários, tupi e “tapuia” no Brasil colonial*. Bauru, EDUSC, 444 p.

Em um artigo do ano de 2001, Guillaume Boccara avaliou que as discussões envolvendo a necessidade de devolver às sociedades indígenas toda a sua “espessura histórica” encontravam-se já superadas. Assim também, afirmava o autor, já se tinha como amplamente reconhecida a importância da colaboração entre a história e a antropologia para a apreensão das dinâmicas sociais dos povos indígenas do Novo Mundo (Boccara, 2001). No Brasil, como reflexo desta situação, surgiram, nos últimos anos, obras fundamentais, não apenas para propor um melhor entendimento da complexidade da nossa história colonial, como também para a própria construção de uma história indígena que começa a corporificar-se. Basta lembrar, neste sentido, alguns importantes trabalhos, como as coletâneas organizadas por Manuela Carneiro da Cunha (1992), Eduardo Viveiros de Castro e Carneiro da Cunha (1993), além dos livros de autoria de Monteiro (1994) e Celestino de Almeida (2003). A estes vem somar-se “Religião como Tradução” de Cristina Pompa, livro resultante de uma tese vencedora, em 2003, do Concurso CNPq-ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais. Mesmo que produzido originalmente para uma pós-graduação de Antropologia (Unicamp), ele representa um inestimável aporte à historiografia brasileira.

Talvez a contribuição mais fundamental desta produção recente, e sua marca mais característica, esteja na recusa em adequar-se aos estudos que, sob a etiqueta de uma “história dos vencidos”, estudaram as reações das sociedades indígenas diante das pressões da sociedade colonial a partir das noções de aculturação ou resistência. No âmbito desse quadro teórico, a resultante final das relações aí engendradas aparecia sempre como um inexorável processo de perda das peculiaridades étnicas e culturais destes grupos. A obra de Cristina Pompa se insere, justamente, numa agenda de pesquisas que, sem desconhecer a

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em história da Unisinos.

desigual relação de forças estabelecidas, nem o quadro de violência e destruição que tem lugar a partir da conquista e colonização da América, procuram rever o papel e o lugar dos índios nesta história. Isso significa, em primeiro plano, romper com um conjunto de dicotomias discutíveis (opondo sociedades frias e sociedades quentes, natureza e cultura, mito e história, por exemplo) e buscar percebê-los como agentes capazes de empreender – nas situações de contato, como aquelas que são alvo da atenção da autora – estratégias e respostas ativas, de adaptar e reformular suas próprias tradições. Assim é que, ao estudar a “missão cristã” no Brasil seiscentista e setecentista, Pompa desvela os processos pelos quais os missionários “cristianizaram” certos ritos nativos, enquanto os índios, por seu turno, emprestavam aos ensinamentos dos padres sentidos muito peculiares, num rico e complexo processo de tradução intercultural.

Ao recomendar uma “releitura da história da evangelização na Terra de Santa Cruz procurando entender [...] os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas”, a autora, de fato, anuncia já na Introdução do livro, sua intenção de perceber o encontro entre nativos e missionários para além da noção, presente tanto em trabalhos de historiadores como de antropólogos, de “choque entre dois blocos monolíticos, um impondo seus esquemas culturais e religiosos, e outro absorvendo-os, sendo destruído (ou aculturado) por eles ou, por outro lado, ‘resistindo’ em volta de sua imutável tradição”. É desta forma que Pompa sugere entender-se, por exemplo, a incorporação fervorosa dos índios aos rituais penitenciais promovidos nas aldeias – sendo os da Semana Santa os mais evidentes – como uma tradução que encontrava sentido no horizonte simbólico dos índios (por exemplo, em seus rituais de iniciação).

Do ponto de vista metodológico, a autora propõe-se a inquirir as fontes missionárias no intuito de apreender o sentido que o “encontro colonial” adquiriu para as populações indígenas, valendo-se de uma rica documentação (tanto em fontes inéditas – como a notável *Relation*, do capuchinho Bernard de Nantes – quanto em outras já publicadas, mas pouco conhecidas ou utilizadas). Soma-se a estas qualidades um sólido conhecimento e excelente bibliografia de apoio, completando, assim, os méritos desta obra que nos oferece uma visão original sobre um tema crucial para a historiografia e para a antropologia histórica no Brasil.

O livro está organizado em duas partes, sendo a primeira dedicada à missão entre os Tupinambá e a segunda à entre os Tapuia. Ao longo desta última, Pompa evidencia, primeiramente, que a própria noção dos “Tapuia” (nômades, não agricultores, belicosos ao extremo e canibais) é construída como uma visão em negativo dos

povos da costa. Depois disto, demonstra como e quanto a segunda fase (a catequese dos “povos do sertão”) foi tributária da primeira, referente às missões do litoral, uma vez que os missionários se aproximaram dos Tapuia a partir de uma série de chaves de interpretação que cunharam neste primeiro momento.

Ao tratar das relações entre os jesuítas e os Tupinambá, a autora tece críticas quanto à forma pela qual a etnologia ameríndia e as ciências sociais, em geral, construíram suas categorias analíticas, importando conceitos e construções diretamente das fontes religiosas dos séculos XVI e XVII. Segundo ela, estas construções foram geradas pela necessidade dos europeus traduzirem os índios em seus próprios termos, utilizando para tanto conceitos como o de “religião”, “milénarismo”, “profecia”, evidências de uma visão de mundo predominantemente medieval que incidia fortemente na compreensão ocidental a respeito das populações ameríndias. Foi assim que os missionários construíram uma “religião” indígena, enquanto estes tratavam de aceitar tais construções, modificando-lhes o significado ou, como quer a autora, traduzindo-as em seus próprios termos.

Mais ainda, Pompa sugere que mesmo os estudos acadêmicos do século XX contribuíram para estabelecer idéias consagradas sobre esta “religião”. Centrando sua atenção em interpretações correntes acerca do “profetismo” tupi-guarani e do “mito da terra sem mal”, ela assinala o quanto, “com base na identificação entre os Tupinambá do litoral da época colonial (descritos pelos cronistas) e os Guarani do Paraguai e sul do Brasil (observados pelos etnógrafos da primeira metade deste século”, ambos foram englobados “*num único sistema cultural tupi-guarani*” e, a partir daí, “definidos como um conjunto cosmológico intrínseco à cultura tupi-guarani como um todo”, o qual, sendo preexistente à conquista, e mantido intacto após ela, se configuraria como “núcleo irredutível do ser cultural tupi-guarani”. Neste sentido, talvez a contribuição mais original da autora seja justamente a percepção de que, no processo de evangelização/tradução, não apenas se trocaram sentidos e imagens, mas se criaram novos paradigmas de interpretação da realidade espiritual da colônia.

Em uma narrativa que consegue ser fluente sem fugir, em nenhum momento, do rigor científico e da erudição, nem incidir na simplificação dos conceitos, o livro de Cristina Pompa constrói uma compreensão do processo de evangelização não como uma imposição, mas como um percurso de tradução em que foram negociados sentidos e imagens, e as alteridades (de europeus e indígenas) foram traduzidas em termos que fizessem sentido para os dois campos envolvidos. Desta forma, ela nos convida a reler o passado colonial em outras bases que não a das noções de resistência ou aculturação, fazendo-o a partir de conceitos

que cada vez mais insistentemente têm freqüentado as páginas da literatura especializada, tais como hibridação, negociação, acomodação ou, neste caso, “tradução”. Pelas suas qualidades, pode afirmar-se que a obra nasceu clássica e leitura obrigatória para todos que pretenderem entender a história da evangelização dos povos indígenas do Brasil, bem como o papel e o lugar das sociedades nativas na formação da América Colonial Portuguesa.

Referências

- ALMEIDA, M.R.C. 2003. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- BOCCARA, G. 2001. Relectura de los procesos coloniales de etno-génesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización. In: *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo*. E-review. Paris, EHESS/CERMA (www.ehess.fr/cermaRevue/debates.htm).
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). 1992. *História dos índios do Brasil*. São Paulo, Fapesp-SMC/Cia das Letras.
- MONTEIRO, J. 1994. *Negros da terra*. São Paulo, Cia das Letras.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. e CARNEIRO DA CUNHA, M. (orgs.). 1993. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo, NHII-USP/FAPESP.